



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	1ª Reunião de Acompanhamento da Estratégia do TRT6 (RAE-TRT6)
Data	26/06/2023
Horário (início/término)	14h com previsão de término às 16h
Tipo	Presencial, com transmissão ao vivo pelo Canal do TRT6 do YouTube
Local	Sala de Sessão das Turmas - TRT6

2. PARTICIPANTES PRESENCIAIS

	Nome	Atividade/Cargo
1	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	Juíza Auxiliar da Presidência
2	Alexsandra Monteiro da Silva	Chefe da Divisão de Processos e Iniciativas Nacionais
3	Ana Maria Aparecida Freitas	Juíza Presidente da AMATRA
4	Antiógenes Carneiro Pereira Filho	Secretário Geral da Presidência
5	Avany Gomes da Cunha Cavalcanti	Diretora da Secretaria de Auditoria e Controle Interno
6	Camila Villa-Chan Pereira Charifker	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas em exercício
7	Fábio André de Farias	Desembargador Corregedor do TRT6
8	Filipe Gustavo Ciolfi Guerrero	Servidor da Divisão de Estatística e Pesquisa
9	Igor José de Oliveira Brasilino	Diretor da 2ª Vara do Trabalho
10	Joanna Gomes Monteiro de Moraes Casanova	Assessora da Secretaria Geral Judiciária
11	José Luciano Alexo da Silva	Desembargador Federal do Trabalho

12	Juliana Lyra Barbosa	Juíza Coordenadora do CEJUSC Recife
13	Miriam Souto Maior de Moraes	Juíza do Trabalho
14	Luciana de Moraes Hazin	Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
15	Luiz Eduardo Moura de Oliveira	Chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa
16	Mancinelli Faustino Vila Nova	Chefe da Seção de Projetos Estratégicos
17	Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino	Desembargadora Ouvidora do TRT6
18	Maria da Conceição Menezes Gomes	Diretora da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros
19	Maria Eduarda Vaz de Oliveira Correa Lima	Coordenadora de Comunicação Social
20	Marísia Alexandra de Oliveira Bahé	Diretora da 23ª Vara do Trabalho do Recife
21	Nise Pedroso Lins de Sousa	Desembargadora Presidente do TRT6
22	Patrícia Valença Pinto	Assessora-Chefe do NUPEMEC
23	Paulo Roberto Gonçalves Cerqueira	Assessor da Vice-Presidência
24	Renata Conceição Nóbrega Santos	Juíza do Trabalho Auxiliar da Corregedoria
25	Roseane Batista Leite	Chefe da Seção de Qualidade de Processos Organizacionais
26	Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura	Desembargador Federal do Trabalho
27	Sandra Cristina Pereira de Almeida	Servidora da Seção de Projetos Estratégicos
28	Sérgio Ricardo Batista Mello	Diretor da Secretaria Administrativa
29	Sergio Torres Teixeira	Desembargador Vice-Presidente do TRT6
30	Thamires A Mendonça da Rocha	Servidora da Divisão de Processos e Iniciativas Nacionais
31	Wlademir de Souza Rolim	Diretor Geral do TRT6

3. PARTICIPANTES - CANAL TRT6 - YOUTUBE

	Nome	Atividade/Cargo
1	Agenor Martins Pereira	Juiz do Trabalho
2	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	Juiz do Trabalho
3	Gilberto de Andrade Lima	Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico
4	Liliane Mendonça de Moraes Souza	Juíza do Trabalho
5	Necy Lapenda Pessoa de Albuquerque Azevedo	Juíza do Trabalho
6	Patricia Franco Trajano	Juíza do Trabalho
7	Saulo Bosco Souza de Medeiros	Juiz do Trabalho
8	Thais Sena Lima	Diretora da Vara do Trabalho de Carpina

4. DESENVOLVIMENTO

A Desembargadora Presidente Nise Pedroso Lins de Sousa abriu a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2023 (RAE-TRT6 2023) e em seguida passou a palavra para Luciana Hazin, Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica responsável pela coordenação da reunião.

Luciana Hazin iniciou a reunião apresentando o Mapa Estratégico do TRT6 que é o produto do Planejamento Estratégico TRT6 aprovado para o ciclo 2021/2026, elaborado com base no planejamento estratégico do CSJT e que teve como referência o plano estratégico do Poder Judiciário.

No Mapa Estratégico pode-se verificar as perspectivas de resultados com foco na Sociedade (perspectiva estratégica - alcance finalístico), nos Processos Internos (perspectiva tática) e no Aprendizado e Crescimento (perspectiva operacional), e explicou que para alcançar os resultados que atendam às três perspectivas, o Tribunal precisa atuar diretamente nos objetivos estratégicos da instituição nos níveis: operacional, tático e estratégico.

Luciana apresentou como se executa e analisa a estratégia, por meio do ciclo da estratégia em que são elaboradas ações estratégicas (iniciativas, programas, projetos) direcionadas para atender aos 11 objetivos estratégicos do Tribunal e que são medidas pelos indicadores que são monitorados para o alcance das metas. Esse trabalho deve refletir em resultados para a sociedade.

Foi apresentado que, atualmente, na Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do TRT6 existem 47 iniciativas estratégicas em andamento, sendo um trabalho bastante dinâmico, a depender das necessidades e viabilidades das unidades e da instituição. Não estão contabilizadas nestas 47 iniciativas, aquelas relacionadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e ainda às da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, que

possui um planejamento próprio.

Das iniciativas em andamento em 2023, Luciana Hazin selecionou algumas para serem apresentadas que estão diretamente relacionadas às Metas Nacionais do Poder Judiciário e ao Prêmio CNJ de Qualidade.

Luciana destacou o Jurisdição em Ação, coordenado pela juíza auxiliar da Corregedoria Renata Nóbrega, que reflete diretamente nas Metas 1, 2 e 5, que são metas judiciárias.

Foram mencionadas algumas iniciativas que estimulam a conciliação e colaboram para o alcance da Meta 3, auxiliando, ainda, os resultados do Tribunal no Prêmio CNJ de Qualidade.

Foi dado destaque ainda às ações que se referem ao atendimento à Meta 11 - Promover ação visando ao combate do trabalho infantil; à Meta 9, que se refere ao estímulo da inovação no Poder Judiciário, desenvolvido pelo Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (LIODS); e, por fim, às iniciativas voltadas para a saúde, com campanhas, palestras e programas voltados para servidores e magistrados.

Luciana ressaltou a importância dos exames periódicos de servidores e magistrados e que, inclusive, trata-se de Meta Específica da Justiça do Trabalho.

Em continuidade a sua apresentação, a diretora da SEGGEST ressaltou as ações estratégicas para incrementar os resultados do TRT6 no Prêmio CNJ de Qualidade, que está totalmente alinhado a vários objetivos estratégicos do Tribunal e que traz benefícios à sociedade.

Luciana informou que foi criado um Grupo de Trabalho para analisar, implementar, otimizar e monitorar as ações necessárias para atender ao Prêmio CNJ de Qualidade, e explicou que o Prêmio é analisado sob a ótica de quatro eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia. Esses eixos são divididos em itens e subitens que abrangem praticamente todas as áreas administrativas e judiciárias do Tribunal e que, para viabilizar os resultados, são necessários planos de ação que, além de atender ao Prêmio, trazem incrementos aos resultados ao público interno e externo, como por exemplo a criação de Pontos de Inclusão Digital, ações para consolidar a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral e sexual, iniciativas para aprimorar a estrutura e os procedimentos que visam garantir o tratamento adequado às demandas repetitivas, e a implantação recente dos três Núcleos de Justiça 4.0.

Em continuidade houve o lançamento do novo Observatório que surgiu a partir de uma iniciativa que gera impactos na busca da excelência com foco em resultados. Luciana destacou que o novo Observatório está hospedado na plataforma Google Sites e que a finalidade é facilitar a criação de novos painéis, atender às sugestões dos usuários e atualizar com maior celeridade os painéis oferecidos pelo Observatório.

Luciana passou a palavra a Luiz Eduardo Moura, chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa, para que fizesse a apresentação do novo Observatório.

Luiz Eduardo explicou as vantagens do novo Observatório em relação ao que já existia no Tribunal, ressaltando que a navegação está mais simples, pode ser atualizado com maior velocidade pela própria equipe da Divisão de Estatística e Pesquisa sem demandar registros de chamados à STIC, e ainda, oferece maior acessibilidade para o usuário, uma vez que está na plataforma Google, bastando o link e acesso à internet para acessá-lo.

Além disso, Luiz Eduardo trouxe como novidade a disponibilização de manuais e tutoriais no novo Observatório, além de formulário para colher sugestões de melhorias dos usuários.

Luciana destacou que as novas ferramentas do Observatório vêm facilitar o acesso às informações estatísticas pelas unidades judiciárias, além de auxiliar a Divisão de Estatística e Pesquisa a avaliar as principais demandas das unidades em questão.

Luciana complementou que a proposta do Observatório é estreitar a

comunicação entre as unidades judiciárias e a Divisão de Estatística e Pesquisa e Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, além de auxiliar esses setores a identificar as principais necessidades das unidades que utilizam o Observatório. Luciana informou que há uma tratativa com a EJud6 para a disponibilização e divulgação permanente do curso do Observatório, além dos manuais criados para o Observatório, que atualmente são três: manual para atuação das Varas do Trabalho com foco nas metas e indicadores, manual para utilização dos painéis do Observatório e outro relatório para extração de dados do e-Gestão.

O aprimoramento institucional para o Prêmio CNJ de Qualidade foi mais uma vez mencionado, por se tratar de uma iniciativa muito importante para o Tribunal, e que recebeu o apoio da alta administração e envolvimento de todo o Regional. Foi instituído um grupo de trabalho (Ato TRT6-GP n. 282/2023) com a participação de várias unidades para análise, ações, monitoramento e avaliações de como alcançar um melhor resultado no Prêmio criado pelo CNJ e, ainda, subsidiar a tomada de decisões com a finalidade de gerar valor institucional para o TRT6, ampliar os canais de acesso da sociedade com o Tribunal, aprimorar a prestação jurisdicional, tudo isso refletindo nas Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Em sequência, Luiz Eduardo detalhou como as ações refletem e impactam no planejamento estratégico, apresentando também os indicadores para acompanhamento do alcance das metas, e que todos os dados apresentados foram alcançados até o fim de maio. Contudo, foi informado aos participantes que apenas a Meta 9 e a Meta 11 já constam com glossário para 2023. Para todas as outras metas, o CNJ ainda não disponibilizou glossário, portanto os dados a serem apresentados das metas judiciárias foram ajustados para o glossário de 2022, com a finalidade de usar alguma referência para subsidiar a administração do Tribunal. Informou que o que estava sendo apresentado não representava os números oficiais, mas uma estimativa. Luiz Eduardo ressaltou que assim que o CNJ disponibilizar o glossário para 2023, os ajustes nos painéis serão realizados, para que forneçam dados mais realísticos.

Na perspectiva Sociedade do planejamento estratégico do TRT6, Luiz Eduardo apresentou os seguintes indicadores:

O Índice de Inovação do Tribunal que ainda encontra-se com percentual cumprido de 45%. Luciana Hazin explicou que esse percentual está normalizado, uma vez que há um cronograma para o cumprimento do projeto e que o tribunal tem cumprido os prazos, com o projeto já cadastrado na plataforma RenovaJud do CNJ. A demanda do projeto encontra-se com a STIC que tem o prazo até final de outubro para entregá-lo.

Em relação ao Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI), a meta já está cumprida, que é promover pelo menos uma ação visando ao combate do trabalho infantil, e o projeto está em andamento com diversas ações já realizadas, desde o início do ano.

Na perspectiva dos processos internos do planejamento estratégico há vários indicadores que demonstram o alcance de diversas metas judiciárias.

O Índice de Processos Julgados (IPJ), que está relacionado à Meta 1, apresenta resultado atual em 98,37%. Essa é uma meta que acontece acumuladamente, e que demanda monitoramento, porque está relacionada ao número de processos distribuídos no período. O percentual apresentado está dentro de uma média histórica do Tribunal e a tendência é o TRT6 atingi-la a partir do monitoramento do meio do ano.

Em relação ao Índice de Processos Antigos (IPA), o percentual está em 92,36%, sendo relacionado à Meta 2. Difere do IPJ, uma vez que se refere a quantitativo de acervo fixo, então no momento em que a meta for alcançada, a tendência é crescer a margem do cumprimento. As ações para alcançar a Meta 2 são as mesmas para o alcance da Meta 1, com a diferença de se tratar de processos mais antigos. As ações são tomadas pela Corregedoria, que fornece às Varas do Trabalho a relação com processos para serem priorizados pelas unidades e magistrados.

Foi apresentado o indicador Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), que é

baixar os processos pendentes, e trata-se da Meta 5. Até final de maio o índice alcançado estava em 121,28%, contudo Luiz Eduardo lembrou que os números não são oficiais, uma vez que os painéis estão com base no e-Gestão e o CNJ utilizará o DataJud, mas ainda não há disponibilização de glossário.

Em relação ao Índice de Conciliação (IC), Luiz Eduardo ressaltou que o TRT6 é essencialmente um tribunal conciliatório, e que em 2020 e 2021 obteve o melhor índice de conciliação em processos na fase de conhecimento. Além da Administração, o Nupemec e Cejuscs do Tribunal possuem ações permanentes que ajudam a fomentar o referido indicador que até final de maio estava em 100,12% e está relacionado à Meta 3. Luiz Eduardo também mencionou que há outros indicadores associados às conciliações que estão alinhados para o alcance do Prêmio CNJ de Qualidade, e não da Meta 3.

Luciana Hazin informou que são vários indicadores direcionados para o Prêmio CNJ de Qualidade, que distinguem o 1º e 2º graus de jurisdição, processos em execução e outras especificidades. Luiz Eduardo complementou dizendo que esses indicadores relacionados ao Prêmio têm características mais difíceis de serem alcançadas e que estão sendo monitorados pelo grupo de trabalho do Prêmio.

Ainda na perspectiva de Aprendizado e Crescimento, tem o Índice de Cumprimento do Plano Anual de Contratações (ICPAC), que consiste em um monitoramento do próprio Tribunal e que foi acrescido na revisão do Planejamento Estratégico em 2022, e no seu monitoramento consta com 81% de cumprimento.

E o último indicador, que é o Índice de Promoção de Saúde dos Magistrados e Servidores (IPSMS), com execução em 37,98%, o que reflete o cumprimento da Meta Específica da Justiça do Trabalho - que é realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores, e ainda promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior, contudo as ações. No desempenho em 37,98% não encontram-se ainda os registros das ações, e Luiz Eduardo informou que em 2022 a meta só foi alcançada em novembro, e que acredita que haja necessidade de desenvolver campanhas. Luciana confirmou que no ano passado houve uma campanha, e que no decorrer do ano precisaram fazer uma alteração no cronograma. O normativo exige que haja uma consulta/entrevista no momento da apresentação dos exames, então há necessidade de cronograma, para uma melhor logística da Divisão de Saúde.

Luciana ressaltou que há uma dificuldade em relação ao grande número de servidores em teletrabalho, em razão do fechamento temporário do Fórum de Recife.

O Desembargador Corregedor Fábio Farias, a Juíza Auxiliar da Presidência Adriana Satou Pinheiro, e a Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas em exercício, Camila Villa Chan Pereira, também fizeram considerações acerca da dificuldade e de meios de buscar uma maior adesão por parte dos magistrados e servidores do Regional a realizarem os exames periódicos. O Corregedor Fábio Farias considerou a possibilidade de fazer constar nas atas de correição das unidades judiciárias informes sobre a importância da participação de magistrados e servidores na realização anual dos exames periódicos.

Ainda em relação aos painéis disponibilizados pela Divisão de Estatística e Pesquisa e pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, Luiz Eduardo apresentou o painel do CNJ para as Metas, mas ressaltou que ainda está em construção, com glossário apenas para as Metas 9 e 11. Luciana apresentou o painel desenvolvido pela Divisão de Estatística e Pesquisa para acompanhar a evolução e estimar uma prévia do resultado do Prêmio CNJ de Qualidade, e por fim apresentou o resultado preliminar do ranking da Transparência em que o Tribunal não teve considerado 04 dos 83 itens, sendo que tal resultado preliminar é considerado um bom resultado.

Luciana Hazin encerrou a apresentação agradecendo a presença de todos.

A reunião foi encerrada pela desembargadora Presidente Nise Pedroso Lins de Sousa que destacou que o trabalho que vem sendo realizado em sua administração não está focado em busca apenas de metas, mas sim num trabalho de excelência em busca de resultados e melhoria nos serviços, agradecendo o trabalho desenvolvido pela diretora da Secretaria de Governança e Estratégia, pelo chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa e suas equipes.

5. ASSINATURA DA ATA

	Nome Cargo	Assinatura
1	Nise Pedroso Lins de Sousa Desembargadora Presidente do TRT6	<i>Assinado eletronicamente</i>
2	Luciana de Moraes Hazin Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	<i>Assinado eletronicamente</i>
3	Luiz Eduardo Moura de Oliveira Chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa	<i>Assinado eletronicamente</i>